



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

ATA N.º 01/2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Jorge Alberto Rego França, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego e Paula Catarina Castelo Borges Andrade.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, José Duarte Barbosa Cabecinha, Marco Paulo da Silva Teixeira, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que, antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. De seguida, referiu que esta foi a primeira sessão ordinária deste ano, que se apresenta com novos desafios, por isso, tem a esperança de que com os contributos individuais de todos os membros desta Assembleia Municipal, bem como do elenco camarário, estarão, novamente preparados para cumprir com a sua verdadeira missão.

Saudou o novo membro desta Assembleia Municipal, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, pelas funções para que acabou de ser investida de deputada municipal, face à renúncia apresentada pelo membro Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado. Deu-lhe as boas vindas neste Órgão Deliberativo do Município de Lagoa – Açores e desejou-lhe felicidades. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os deputados municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quinta sessão ordinária, do dia 25 de novembro de 2015.

A ata foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e três membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 26 de novembro de 2015 a 26 de fevereiro de 2016, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que pela Junta de Freguesia de Água de Pau foi presente o ofício n.º 07/2016, de 2 de fevereiro de 2016, agradecendo o Voto de Louvor apresentado por esta Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 22 de junho de 2015, pelo 500.º Aniversário da Vila de Água de Pau.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e questionou qual o prazo médio de pagamentos a fornecedores e qual o saldo médio de dívidas a fornecedores. Justificou que pretende saber estas informações face à declaração prestada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, no final do ano, em que referiu que o Município de Lagoa encerrou o ano de 2015, sem dívidas a fornecedores. Em sua opinião, devesse analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores e o saldo médio de dívidas a fornecedores, no sentido de verificar se a declaração prestada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal é boa ou má, pois pode ser uma péssima gestão financeira. Acrescentou, que se a Câmara Municipal ao longo do ano tem saldo de dívidas a fornecedores, não entende,

porque tiveram que pagar tudo no final do ano. Questionou ainda porque foi feito, quais os custos que a Câmara Municipal teve e se foi importante para a Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e relativamente às questões colocadas, informou que reitera aquilo que disse na última sessão da Assembleia Municipal, sobre o prazo médio de pagamentos a fornecedores. A Câmara Municipal de Lagoa cumpre a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que obriga ao pagamento dos fornecedores em atraso, como em qualquer outra Câmara Municipal. Se cumprirmos a Lei, o prazo médio de pagamentos a fornecedores, necessariamente, vai sendo reduzido, agora se não cumprirmos a Lei esse prazo não se cumpre. Do ponto de vista de gestão, a Câmara Municipal de Lagoa tem sempre que cumprir a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e ainda estamos obrigados a não aumentar, de um mês para o outro, o saldo médio de dívidas a fornecedores. Como já referiu anteriormente, desde que haja disponibilidade de Tesouraria é efetuado o pagamento, até pode ser no dia a seguir. Todas as faturas que entraram na Câmara Municipal de Lagoa até ao final do ano foram todas pagas, por haver, naquela data, disponibilidade de Tesouraria.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que atendendo que a competência da área financeira foi delegada na Senhora Vereadora Elisabete Tavares pediu para lhe ser passada a palavra.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou que a Câmara Municipal recebe mensalmente receitas que são regulares mas em alguns meses do ano recebe outras receitas. Foi o que aconteceu no mês de novembro, com a arrecadação de outras receitas, nomeadamente, do IMI, o que permitiu efetuar o pagamento de todas as faturas.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, questionou se uma fatura que deu entrada na Câmara Municipal no dia 29 de dezembro de 2015 se foi registada e paga, porque tem conhecimento de há muitas Câmaras Municipais que não aceitam faturas no mês de dezembro mas os fornecimentos continuam a ser efetuados.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal de Lagoa aceitou faturas no mês de dezembro e não houve nenhuma restrição. Como se pode comprovar pelos documentos, o Município de Lagoa encerrou o ano de 2015, sem qualquer dívida a fornecedores.

Mais informou que a Câmara Municipal de Lagoa tinha, em dezembro de 2015, um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 4 (quatro) dias.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, solicitou a relação dos pedidos de compra no mês de dezembro de 2015.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – RENÚNCIA AO MANDATO DE HELENA DE LURDES BORGES RODRIGUES FURTADO:

Foi presente a carta datada de 7 de dezembro de 2015, de Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, comunicando a renúncia ao seu mandato de membro desta Assembleia Municipal, por razões de ordem profissional.

De acordo com o artigo 79.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, pelo que a vaga ocorrida passa a ser preenchida por Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, propôs um agradecimento à Senhora Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, pelo contributo que deu neste Órgão Deliberativo do Município de Lagoa – Açores, como Deputada Municipal.

Felicitou, em nome do PSD - Partido Social Democrata, o novo membro desta Assembleia Municipal, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, pelas suas novas funções de Deputada Municipal, face à renúncia apresentada pelo membro Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que fica registada a intervenção do Deputado Municipal Rui Meneses e o agradecimento à Senhora Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, pelo contributo que deu como Deputada Municipal, nesta Assembleia Municipal, no presente mandato.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 3 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO ANO DE 2016 – AMISM:

Pela AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel foi presente o ofício n.º 87/2015 P.62/2015, de 10 de dezembro de 2015, remetendo nos termos do n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM, cópia do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, daquela Associação, para o ano de 2016.

Refere o n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos que o plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho de Administração às Assembleias dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 4 – AFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à afetação de uma parcela de terreno para o domínio público municipal.

Em 29 de dezembro de 2015, foi celebrado a Escritura de Permuta entre o Município de Lagoa e a Firma João Luís Índio, Unipessoal, Lda. em que este Município permutou com a referida Firma uma parcela de terreno, com a área de 2.645,00 m², sito no Parque Industrial dos Portões Vermelhos, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa-Açores, que confronta a Norte e Poente – com a parte restante desanexada do prédio pertencente à Firma João Luís Índio, Unipessoal, Lda., Sul e Nascente com Canada de Santo Amaro, a qual se destina a ser integrada no domínio público municipal, como zona de espaços verdes, à qual foi atribuído o valor de 26.450,00 €.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Concordar com a afetação da referida parcela de terreno para o domínio público Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:

Pela Câmara Municipal foram presentes as Declarações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declarando que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2015, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, que a 31 de dezembro de 2015, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso e a indicação de todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2015.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que sobre a declaração apresentada dos recebimentos em atraso, o Município de Lagoa, tem do fornecimento de água 74.587,00 € e de rendas 30.181,90 €. Questionou se nesses montantes estão incluídas dívidas atrasadas ou do mês de dezembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que sobre a situação das rendas foram celebrados com os rendeiros com dívidas, acordos de regularização de dívidas,

de acordo como o Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, e mensalmente, estão a ser cumpridos.

Em relação às dívidas do fornecimento de água, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que trata-se de valores de dívidas acumuladas de oito anos. Já foram tomadas medidas no sentido de recuperar os montantes em dívida, nomeadamente, através da celebração de planos de pagamento, reclamação dos montantes em dívida nos processos de insolvência de pessoas singulares e coletivas e melhoramentos nos procedimentos relativos aos avisos de suspensão do fornecimento de água, por falta de pagamento. Algumas daquelas dívidas referem-se a empresas que nos últimos anos abriram insolvência e neste momento não existe nenhum mecanismo para que a Câmara Municipal possa ser ressarcida daquele valor em dívida.

Mais informou que a Câmara Municipal de Lagoa está a fazer todas as diligências no sentido de reaver os valores em dívida, face aos alertas no último relatório da Inspeção Ordinária ao Município de Lagoa, pela Inspeção Regional da Administração Pública e em Auditorias do Tribunal de Contas.

A Segunda Secretária, Catarina Machado Oliveira, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou, na qualidade de Coordenadora do Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Lagoa, que relativamente às dívidas das rendas, parte daquele valor transitou da Empresa Municipal de Lagoa. Mais informou que no total são 174 inquilinos e com a maior parte deles foram celebrados acordos de regularização de dívidas. Há algumas situações em contencioso, com processos de penhora de salários e está a decorrer um processo de ação judicial.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, manifestou a sua preocupação face aos valores em dívida apresentados.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que a Câmara Municipal disponibiliza na fatura da água uma informação que é importante, o número de "Faturas em Dívida", mas essa informação não é atempada. Em sua opinião, no sentido de melhorar a informação, deveria ser o extrato de conta do consumidor, à data da emissão da fatura.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal recomenda a todos os consumidores que o pagamento do fornecimento de água, seja efetuado por transferência bancária, para evitar faltas de pagamento por algum esquecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, das referidas declarações, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação.

PONTO N.º 6 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2015 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente o Relatório de Avaliação referente ao ano de 2015.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, do Relatório de Avaliação de 2015, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição.

PONTO N.º 7 – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE 2015 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente a informação acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2015, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, dos relatórios de execução referentes ao ano de 2015, nos termos do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de atualização do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa – Açores, em concordância com a atual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e funcionamento dos Serviços Camarários.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, da atualização do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa-Açores, em concordância com a atual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e funcionamento dos Serviços Camarários.

PONTO N.º 9 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme distribuído por todos os membros, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à ordem de trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta - Atribuição da Medalha de Ouro do Município ao Eng. João António Ferreira Ponte;
- Projeto de Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal;

- Inclusão do Município de Nordeste na AMISM;
- Alteração dos Estatutos da AMISM.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte e três membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE OURO DO MUNICÍPIO AO ENG. JOÃO ANTÓNIO FERREIRA PONTE:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de atribuição da Medalha de Ouro do Município ao Eng.º João António Ferreira Ponte, como reconhecimento pelo contributo que deixou como autarca, em prol do Concelho de Lagoa, durante a sua presidência na Câmara Municipal de Lagoa, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número **1**.

Após troca de impressões, por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Atribuir a Medalha de Ouro do Município ao Eng. João António Ferreira Ponte, conforme previsto no Artigo 9.º do Regulamento das Distinções Honoríficas, em vigor neste Município;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROJETO DE REGULAMENTO - LAGOA INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO E INCENTIVO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL:

Foi presente o Projeto de Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 3 de 6 de janeiro de 2016.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que atendendo que esta área de competência foi delegada na Senhora Vereadora Elisabete Tavares pediu para lhe ser passada a palavra.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, apresentou um PowerPoint com o Projeto de Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que em conjunto com o Senhor Vereador José Cabecinha, no período de discussão pública, apresentaram uma proposta no

sentido de haver maiores benefícios para as empresas da Lagoa e questionou qual foi essa alteração.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que nos critérios para a concessão de apoios, foi aumentada de 5% para 10% a ponderação atribuída às sociedades comerciais com sede no concelho da Lagoa, por redução da ponderação atribuída ao número de postos de trabalho.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, referiu que, em sua opinião, foi importante esta alteração, de forma a reforçar o apoio ao investimento com origem no concelho.

O Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco César Pacheco, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que achou interessante a apresentação do Projeto de Regulamento - LAGOA INVESTE mas sendo o Cabouco uma freguesia empresarial não viu naquele documento, nenhum benefício para a freguesia do Cabouco. Manifestou o seu descontentamento e acrescentou que ouviu benefícios para todas as freguesias do Concelho de Lagoa, exceto para o Cabouco.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que de acordo com este Regulamento passa haver redução de taxas de 20%, 30% e 40%, em todo o Concelho, para novas operações de loteamento e edificação de habitação coletiva; nas edificações destinadas a comércio, indústria e serviços; nas edificações destinadas a habitações unifamiliares e nas edificações destinadas a atividades especialmente vocacionadas para o turismo e para atividades culturais.

O Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco César Pacheco, no uso da palavra, referiu que esta parte é comum a todo o Concelho que não há nada em específico para a freguesia do Cabouco, enquanto nas outras freguesias há algo específico.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que as operações urbanísticas de edificação destinadas a empreendimentos de turismo nas áreas turísticas de Água de Pau e do Termo foram definidas no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Lagoa. As reduções das operações urbanísticas a realizar na freguesia da Ribeira Chã e no lugar dos Remédios, freguesia de Santa Cruz, já existiam ao abrigo do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município da Lagoa, aprovado pela Assembleia Municipal.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que este Regulamento - LAGOA INVESTE vem dinamizar o Concelho de Lagoa.

No entanto, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário fica um pouco prejudicada, no aspeto que a zona da Atalhada não tem benefícios. Por exemplo para quem quiser construir um “Resort” na Atalhada não tem os mesmos benefícios que no Tecnoparque que beneficiam de uma redução de 50% do pagamento das taxas. Expôs que a Atalhada é uma zona de expansão da freguesia e não está a ser beneficiada neste Projeto de Regulamento. Em sua opinião, poderia ser uma das zonas contempladas com mais alguns incentivos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, questionou em que zona da Atalhada o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário prevê a construção de um “Resort”.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário Gilberto Borges, no uso da palavra, respondeu que seria na zona das vinhas.

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau José Fernando Costa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que a zona do Vale Novo já está classificada pelo PDM como zona turística e questionou se aquela zona vai beneficiar igualmente como as outras zonas assinaladas para a freguesia de Água de Pau.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que a próxima tarefa no âmbito deste Regulamento será convocar uma reunião com as imobiliárias e entregar o mapeamento destas zonas, para que sejam dinamizadas, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia serão também convidados a participar.

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau José Fernando Costa, no uso da palavra, expôs que a zona da Vigia da Baleia deveria ser salvaguardada para benefício da freguesia, pois é um lugar privilegiado para um miradouro. Mais informou que é intenção da Junta de Freguesia de Água de Pau tentar criar ali um miradouro, para que seja acessível a todos.

O Deputado Municipal André Almeida, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e expôs que concorda com a criação deste regulamento. Questionou se o terreno envolvente, às áreas que foram assinaladas para investimento turístico, se têm viabilidade de construção. Se vão criar planos de contingência, ou vão criar algumas limitações na construção envolvente. Justificou a sua intervenção, no sentido de evitar que novas construções surtem e o empreendimento turístico, anteriormente construído, perca todas as características que inicialmente apresentava. Alertou a Câmara Municipal para ter em atenção essa situação, para nas zonas que supostamente vão ser beneficiadas, não haver mais tarde outras construções que prejudiquem as anteriormente existentes.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o Gabinete Técnico da Câmara Municipal terá em atenção essas situações.

A Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Adriana Rebelo, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que esta iniciativa é de louvar e de facto o Concelho de Lagoa precisa de investimento. Salientou que no Centro da Cidade de Lagoa há falta de estacionamento e perguntou se está a ser tomada alguma medida para resolver esse problema.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que neste momento uma das hipóteses seria criar parquímetros. Já se avaliou essa possibilidade e não está descartada. Foram criados mais lugares de estacionamento na rua Professor Leonel da Rosa da Silveira e está a ser estudado em outras zonas, melhorar o ordenamento do local, criando mais estacionamento em espinha. Essa tem sido a medida adotada para evitar a colocação de parquímetros mas não quer dizer que não seja a solução a adotar nos próximos tempos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu todas as intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e a abstenção do membro César Augusto Medeiros Pacheco, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar o Projeto de Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de interesse municipal, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE NORDESTE NA AMISM:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo remetido pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, para aprovação da inclusão do Município de Nordeste na AMISM.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a inclusão do Município de Nordeste na AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMISM:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo remetido pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, para aprovação de alteração dos Estatutos da AMISM.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a alteração dos Estatutos da AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria, uma vez mais, de agradecer a presença de todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
